



AVANÇO DAS POLÍTICAS E AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA FORTALECIMENTO DO SUS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Denilma Lima da Silva¹
denilma.limasilva@upe.br

Adrieli Silva Neves¹
adrieli.neves@upe.br

Maria Luana Pessoa De Araújo Leite¹
luana.araujopessoa@upe.br

Luiza Rayanna Amorim de Lima¹
luiza.amorim@upe.br

Daniela de Araújo Viana Marques¹
daniela.viana@upe.br

¹ Universidade de Pernambuco-Campus Garanhuns

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da Política Nacional de Educação Permanente (PNEPS) em Saúde permitiu avanços na rede de saúde pública por meio dos processos ensino-aprendizagem no exercício do trabalho (CECCIM, 2005). No final da década de 1960, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) surgiu com o termo educação permanente, onde o capital humano, ou seja, a qualificação do fator humano permitiria maior produtividade econômica e o desenvolvimento do país (Lemos, 2016).

No Brasil, a Educação Permanente em Saúde (EPS) surgiu no final do século XX com a histórica Educação Sanitária marcada pela revolta da vacina comandada por Oswaldo Cruz em 1904. E posteriormente com a Revolução de 1964, múltiplos problemas sociais e políticos deram espaço para o surgimento de doenças, e, desta forma, essas transformações abriram espaço para a expansão da EPS. Surgindo então, em 2003, a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), “criada pelo Decreto nº 4.726, de 9 de junho de 2003, que responde pela gestão federal do Sistema Único de Saúde, refere-se à formulação de políticas orientadoras da formação, do desenvolvimento, da distribuição, da regulação e da gestão dos trabalhadores da saúde” (Brasil, 2012). Logo, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde surge oficialmente em 2007 como um projeto político pedagógico, com o objetivo de desenvolver mudanças nas práticas pedagógicas e de saúde, através do aprimoramento dos profissionais (Brasil, 2007). Ademais, o presente estudo busca identificar os avanços das políticas públicas para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde numa perspectiva histórica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa é uma revisão bibliográfica descritiva de análise documental sobre ações e programas de fortalecimento da PNEPS realizada nas bases de pesquisa *Scielo*; *Google Acadêmico* e website para pesquisar artigos, portarias e outros documentos governamentais (cartilhas) relacionados com o tema. O levantamento dos trabalhos publicados no idioma português compreendeu o período de 2003 a 2023. Esse recorte foi definido para a contemplação da Portaria nº 1.996/2007 da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). As palavras-chave utilizadas foram: “Educação em saúde”; “PNEPS” and “SUS”; “Educação Permanente em Saúde”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram levantados 125 arquivos entre artigos e documentos governamentais, dos quais selecionamos 30 artigos científicos abordando a temática, 25 arquivos de planos estaduais de Educação Permanente, 2 decretos, 1 resolução e 16 portarias. O levantamento realizado está parcialmente descrito no Quadro 1, onde se observa que a discussão sobre ações para valorização dos servidores do SUS inicia-se desde 2003, com o Programa Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS (Desprecariza



SUS) com a Portaria MS/GM nº 2.430, de 23 de dezembro de 2003. As discussões sobre pontos pertinentes de força de trabalho passaram a ocorrer mediante o fórum paritário que reúne gestores, prestadores de serviço e trabalhadores sendo regulada por meio da Resolução CNS n.º 331, de 4 de junho de 2003 (“Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde”, [s.d.]). A partir de 2004 entra em vigor a Política de Educação permanente em saúde (PNEPS), ações e programas de formação e desenvolvimento de trabalhadores, das relações ensino-serviço e das interações ensino-atenção-gestão-participação foram desenvolvidas, em 2017 surge o programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS (PRO EPS-SUS), como estratégia de fortalecer as ações de PNEPS.

A falta de conhecimento dessa política é evidente tanto em gestores e servidores, essa afirmação é constatada pela seguinte colocação: “essa falta de compreensão por parte dos gestores, dos servidores, de todos os objetivos e propostas da política, que é muitas vezes confundida e pensam se tratar de apenas cursos e cursos. Isso é um desafio. (P12)” (Silva, Scherer, 2020).

Quadro 1. Mapeamento parcial das principais políticas, programas e ações de Educação na Saúde a partir da SGTES que corroboraram para o surgimento e fortalecimento da PNEPS.

Políticas e Ações da formação profissional em saúde	Legislação
DesprecarizaSUS Sistema Nacional de Informações em Gestão do Trabalho no SUS	Portaria MS/GM nº 2.430, de 23 de dezembro de 2003;
Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS Câmara de Regulação do Trabalho Em Saúde (CRTS)	Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 52, de 5 de maio de 1993. Resolução CNS nº 299, de 8 de maio de 1997. Resolução CNS nº 331, de 4 de junho de 2003; Resolução n.º 708; Portaria GM/MS nº 827, de 5 de maio de 2004; Portaria GM/MS nº 174, de 27 de janeiro de 2006
Política de Educação permanente em saúde (PNEPS)	Portaria nº 198, do GM//MS 2004; Portaria nº 1996 de 2007
Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS	Portaria MS/GM nº 2.261/2006, que cria o ProgeSUS ;
Sistema Nacional de Informações em Gestão do Trabalho no SUS	Ligada a Portaria/GM nº 2.661 de 26/09/2006
Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST)	Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011;
Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora	Portaria nº 1.823, de 23 de Agosto de 2012
O Programa Mais Médicos (PMM)	Instituído pela Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013; Convertida na Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; Portaria GM/MS nº 752, de 15 de junho de 2023
Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS (PRO EPS-SUS)	Portaria nº 3.194, de 28 de novembro de 2017

Fonte: Brasil, 2011; Brasil, 2018.

Mediante as discussões sobre as dificuldades de implementação da PNEPS, todos os estados apontaram, como dificuldades, a descontinuidade dos repasses financeiros do Ministério da Saúde (desde 2011), e problemas na gestão cotidiana para execução dos recursos (Brasil, 2018). Com base nos



planos estaduais analisados observamos que assim como Matos, Santos e Vieira (2021), há necessidade de planos mais consistentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação permanente em saúde é uma proposta político-pedagógica que fortalece o SUS, foi possível observar muitos obstáculos críticos em relação à gestão, à alocação de recursos, à qualificação profissional e até mesmo no processo de avaliação de implementação das políticas e ações indutoras da EPS. Com base nos dados, percebe-se que há uma necessidade maior no engajamento social, investimento e principalmente o uso da ferramenta de avaliação para determinar o impacto da implementação dessa política nos estados e municípios do País, a fim de buscar maior resolutividade dos desafios identificados.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas; Educação Permanente em Saúde; Profissionais; PNEPS; SUS.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde : SGETS : políticas e ações / Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Glossário temático : gestão do trabalho e da educação na saúde / Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. – 2. ed. – Brasília : **Ministério da Saúde**, 2012. 44 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- BRASIL. Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2007.
- CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 10, p. 975-986, 2005.
- LEMOS, C. L. S. Educação Permanente em Saúde no Brasil: educação ou gerenciamento permanente? **Ciência & saúde coletiva**, 2016, 21.3: 913-922.
- MATOS, M. C.; SANTOS, L.; VIEIRA, S. L. Análise das concepções de educação permanente em planos estaduais de educação permanente em saúde. **Gestão do Trabalho, Educação e Saúde: Desafios Agudos e Crônicos - Volume 1**, p. 93–109, 2021.
- Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/mnnp-sus>>.
- SILVA, C. B. G.; SCHERER, M. D. DOS A.. A implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde na visão de atores que a constroem. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e190840, 2020.